



**Associação Amigos do Projeto Guri**

CNPJ 01.891.025/0001-95

Demonstrações Financeiras - (Valores expressos em Reais)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013	
Ativo	Passivo
<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalente de caixa	Salários, férias e encargos a pagar
Recursos vinculados a projetos	Obrigações tributárias
Estoques	Contas a pagar
Outros ativos	Projetos a executar-contrato de gestão
<b>Não Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Depósitos judiciais e caução	Recursos aplicados em imobilizados
Imobilizado	Provisão para contingências
Intangível	Patrimônio Social
	Patrimônio Líquido
	Superávit do exercício

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Com restrição-atividades culturais	Com restrição-atividades culturais
Recursos do contrato de gestão	Recursos culturais e patrocínios
Recitas financeiras	Recitas financeiras
Proj. restrição-atividades culturais	Proj. restrição-atividades culturais
Outras receitas com doações	Outras receitas com doações

Atividades culturais	
Custo com salários, encargos e depreciação diretos	Salários e encargos de professores
Depreciação de instrumentos musicais e bibliotecas	Depreciação de instrumentos musicais e bibliotecas

Resultado operacional antes das despesas administrativas	
Despesas operacionais	Despesas administrativas
Despesas tributárias	Despesas tributárias
Outras receitas operacionais	Outras receitas operacionais
Resultado antes das despesas financeiras	Despesas financeiras
Superávit do exercício	Superávit do exercício

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em Reais)**

**1 Contexto operacional-** A Associação Amigos do Projeto Guri - AAPG iniciou suas atividades em 1997, como entidade privada sob forma de Organização Social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a colaboração técnica e financeira para o desenvolvimento do Projeto Guri, que desde 1995 funcionava como programa interno à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Sua missão é promover, com excelência, a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação. Em 14/6/2004, o secretário-geral da casa civil do Estado, através do parecer nº 0889/2004, qualificou a Associação Amigos do Projeto Guri como Organização Social da área da cultura publicada no Diário Oficial em 15/6/2004. Considerada uma entidade de utilidade pública e sem fins lucrativos, a Associação é isenta de contribuições e impostos federais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal. As atividades da Associação são suportadas financeiramente pelo Contrato de Gestão 01/2012, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação Amigos do Projeto Guri para o período de 2012 a 2015. Atividades sociais A Associação Amigos do Projeto Guri em conformidade ao Contrato de Gestão 01/2012 firmado com a Secretaria de Estado da Cultura encerra o exercício de 2014 com 371 pólos no Estado de São Paulo, com uma ocupação média de vagas de 42.202 crianças e adolescentes de 06 a 18 anos, com ensino coletivo e gratuito de música visando um desenvolvimento social de seus participantes. **Base de preparação:** a. **Declaração de conformidade-** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Administrativa financeira em 06/2/2015. b. **Base de mensuração-** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. c. **Moeda funcional e moeda de apresentação-** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. d. **Uso de estimativas e julgamentos-** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam impacto sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - Depreciação do ativo imobilizado • Nota explicativa nº 12 - Provisão para contingências e • Determinação do valor justo-Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas que afetam o passivo. **3 Principais políticas contábeis-** As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação: a. **Instrumentos financeiros-Ativos e passivos financeiros não derivativos-** A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado-** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis-** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa-** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. **Recursos vinculados a projetos-** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados. **Passivos financeiros não derivativos-** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação financeira quando tem suas obrigações contratuais retratada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos-** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2014 e 2013, incluindo operações de hedge. b. **Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incorridas-** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais registrados de contratos com a Secretaria de Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1): • **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reco-

Demonstrações dos fluxos de caixa-Método indireto	
Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Fluxos de caixa das atividades operacionais
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Ajustes por:	Ajustes por:
Depreciação e amortização	Provisão para contingências
Valor residual dos ativos permanentes baixados	Valor residual dos ativos permanentes baixados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Saldo em 1 de janeiro de 2013	Saldo em 1 de janeiro de 2013
Transferência para o patrimônio social	Transferência para o patrimônio social
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2013	Saldo em 31 de dezembro de 2013
Transferência para o patrimônio social	Transferência para o patrimônio social
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2014	Saldo em 31 de dezembro de 2014

Demonstrações dos resultados abrangentes	
Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Superávit abrangente total	Superávit abrangente total

• **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício. • **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante (recursos aplicados em imobilizados). Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão e projetos incentivados são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica em projetos. Dessa forma, eventual superávit ou déficit apurado pela Associação corresponde apenas às receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelo contrato de gestão, sendo tais valores materiais nas operações da Associação. c. **Estoques-** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. d. **Imobilizado-Reconhecimento e mensuração-** Bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessário. Depreciação - Depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: Instrumentos musicais e orquestra 20% Equipamentos de processamento de dados 20% Equipamentos eletro/eletrônicos/áudio 20% Equipamento de telecomunicação 20% Móveis e utensílios 10% Instalações 10% Ferramentas 10% Biblioteca 50% Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. e. **Intangíveis-** Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. f. **Redução ao valor recuperável-** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identifica nenhum ativo com perda no seu valor recuperável. g. **Provisões, passivo circulante e não circulante-** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. h. **Demais ativos circulantes e não circulante -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. i. **Receita e despesas financeiras-** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras. j. **Receitas com trabalhos voluntários-** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas das atividades culturais. Em 31/12/2014 e 2013 não ocorreram trabalhos voluntários na Associação. k. **Gerenciamento de risco financeiro-** A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos uso de instrumentos financeiros: • **Risco de liquidez;** • **Risco de mercado.** A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, no relatório de informações políticas, processos de manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18. **Estrutura do gerenciamento de risco-** As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação. **4 Recursos vinculados a projetos**

Bancos conta movimento	
2014	2013
1.652.283	2.020.903
15.872.726	12.148.115
<b>17.525.017</b>	<b>14.169.018</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 88% a 97,75% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2013). Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8. **5 Outros ativos**

Adiantamentos de férias	
2014	2013
542.431	2.133
140.230	135.791
139.928	121.078
139.928	121.078
Seguros a vencer	Seguros a vencer
37.210	24.347
<b>859.799</b>	<b>283.349</b>

**6 Imobilizado - Movimentação de 31/12/2013 a 31/12/2014**

Demonstrações dos fluxos de caixa-Método indireto	
Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Fluxos de caixa das atividades operacionais
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Ajustes por:	Ajustes por:
Depreciação e amortização	Provisão para contingências
Valor residual dos ativos permanentes baixados	Valor residual dos ativos permanentes baixados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Saldo em 1 de janeiro de 2013	Saldo em 1 de janeiro de 2013
Transferência para o patrimônio social	Transferência para o patrimônio social
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2013	Saldo em 31 de dezembro de 2013
Transferência para o patrimônio social	Transferência para o patrimônio social
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2014	Saldo em 31 de dezembro de 2014

Demonstrações dos resultados abrangentes	
Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Superávit abrangente total	Superávit abrangente total

Demonstrações dos fluxos de caixa-Método indireto	
Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Fluxos de caixa das atividades operacionais
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Ajustes por:	Ajustes por:
Depreciação e amortização	Provisão para contingências
Valor residual dos ativos permanentes baixados	Valor residual dos ativos permanentes baixados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Saldo em 1 de janeiro de 2013	Saldo em 1 de janeiro de 2013
Transferência para o patrimônio social	Transferência para o patrimônio social
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2013	Saldo em 31 de dezembro de 2013
Transferência para o patrimônio social	Transferência para o patrimônio social
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2014	Saldo em 31 de dezembro de 2014

Demonstrações dos resultados abrangentes	
Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013	
Superávit do exercício	Superávit do exercício
Superávit abrangente total	Superávit abrangente total

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação Amigos do Projeto Guri, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão nº 01/2012 em janeiro de 2012 com prazo de encerramento em janeiro de 2015. O Programa de Trabalho, Contrato de Gestão 01/2012, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação Amigos do Projeto Guri, possui como premissa o repasse pela Secretaria de Estado da Cultura de R\$ 249.266.792, conforme contrato, ao longo de 4 anos, para o período de 2012 a 2015, a serem empregados na realização do Projeto, sendo R\$ 63.509.870 para o exercício de 2012, R\$ 57.780.000 para 2013, R\$ 61.824.600 para 2014 e R\$ 66.152.322 para 2015. Os valores apresentados em projetos a executar - contrato de gestão representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados no projeto e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência a medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos. Por força dos contratos de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer



... continuação

penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão. A Administração da Associação entende que em 2014 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria. Veja a movimentação dos projetos na nota explicativa nº 11. 9 Projetos culturais e patrocínios

	2014	2013
Programa nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)	1.489.237	1.968.014
CMDCA	416.132	89.513
Outros	3.777	7.961
<b>Total</b>	<b>1.909.146</b>	<b>2.064.388</b>

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei nº 8.313, de 23/12/1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios. Os projetos relacionados ao Programa Nacional de Apoio à Cultura referem-se aos projetos aprovados juntos ao Ministério da Cultura. Os valores apresentando em projetos culturais e patrocínios representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados no projeto e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência a medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na nota explicativa 3(3), o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos. Veja a movimentação dos projetos na nota explicativa nº 11. 10 Recurso aplicados em ativos permanentes

	2014	2013
<b>Total</b>	<b>3.258.261</b>	<b>3.157.707</b>

Conforme comentado na nota explicativa 3(3), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa nº 6 (ativo imobilizado).

	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.157.707	3.157.707
Adição de imobilizado	1.595.862	1.595.862
Adição de intangível	8.934	8.934
Custo residual baixado de imobilizado e intangível	(1.523.443)	(1.523.443)
Depreciação e amortização	(3.238.261)	(3.238.261)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>3.238.261</b>	<b>3.238.261</b>

11 Movimentação dos Projetos a executar-contrato de gestão, Projetos culturais e patrocínios e Recursos aplicados em imobilizados

	2014	2013
Saldo dos projetos em 31/12/2013	5.759.862	5.759.862
Projetos a executar-contrato de gestão (nota B)	2.064.388	2.064.388
Projetos culturais e patrocínios (nota 9)	3.157.707	3.157.707
Recursos aplicados em imobilizados (nota 10)	10.981.957	10.981.957

Movimentação 2014

(+) Entradas: Valores recebidos	68.823.942
Rendimento de aplicações financeiras	2.366.330
(-) Saídas: Consumo (despesas)	(68.640.675)

Saldo dos projetos em 31 de dezembro de 2014

Projetos a executar-contrato de gestão (nota B)	8.394.147
Projetos culturais e patrocínios (nota 9)	1.909.146
Recursos aplicados em imobilizados (nota 10)	3.238.261
<b>Total</b>	<b>13.531.554</b>

12 Provisão para contingências-A Associação é parte (pelo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

	2014		2013	
	Montante Contingências	Montante Provisão	Montante Contingências	Montante Provisão
Trabalhistas	1.063.938	(17.651)	1.046.287	881.262
<b>Total</b>	<b>1.063.938</b>	<b>(17.651)</b>	<b>1.046.287</b>	<b>881.262</b>

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2013	2014
Saldo Inicial	892.249	845.995
Adição	845.995	(674.306)
Utilização	(674.306)	1.063.938
<b>Saldo Final</b>	<b>1.046.287</b>	<b>1.063.938</b>

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 6.016.947 (R\$ 6.470.653 em 2013) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Desse montante, R\$ 5.000.000 referem-se à Ação Civil Pública nº 0060720092502001, movida pelo Ministério Público do Trabalho, que tramita perante a 25ª Vara do Trabalho de São Paulo, e tem como objeto a desconstituição do contrato de gestão, por suposta ilegalidade do sistema de gestão por Organizações Sociais (previsto na Lei Complementar 846/98), além da concessão de indenização coletiva. A ação foi julgada parcialmente procedente em primeira instância, e está sujeita a recursos com efeito suspensivo. Os assessores jurídicos da Organização Social e a Administração entendem que há chances consideráveis de reversão da decisão, motivo pelo qual avaliamos a perda como possível (sem a necessidade de provisionamento). 13 Partes relacionadas-A Associação não possui partes relacionadas e os membros do conselho de administração e fiscal da Associação não são remunerados. 14 Remuneração da Administração-O Estatuto Social possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. 15 Patrimônio líquido-O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelas superávits e déficits acumulados, transferidos para o patrimônio social. De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos. 16 Despesas administrativas

Salários e encargos sociais

	2014	2013
Salários e encargos sociais	8.999.829	8.222.474
Serviços de terceiros	2.849.374	2.829.794
Despesas com locações	1.781.789	1.510.812
Viagens e estadias	1.175.812	789.038
Materiais	1.092.341	773.891
Despesas com contingências	845.995	295.351
Alimentação	476.659	294.745
Despesas com água, energia elétrica e internet	466.630	409.900
Depreciação	325.515	466.640
Manutenção, conservação e reparo	118.469	93.862
Outras despesas	1.837.972	1.956.032
<b>Total</b>	<b>19.968.385</b>	<b>17.662.539</b>

17 Receltas financeiras

	2014	2013
Juros sobre aplicações financeiras	2.284.354	1.144.200
Descontos obtidos	81.976	58.817
<b>Total</b>	<b>2.366.330</b>	<b>1.203.017</b>

18 Instrumentos financeiros-A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Estimativa do valor justo- Os valores contábeis constantes no

balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos. Instrumentos financeiros "Não derivativos"- Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38-Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

• Nível 1-Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2-Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); • Nível 3- Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31/12/14, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez-Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Os recursos da Associação, por força do contrato de gestão e projetos incentivados possuem obrigação de serem mantidos em contas correntes e aplicações no Banco do Brasil S.A.

Risco de mercado-Risco de mercado é o risco que alterações no preço de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a migração deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI-certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19 Renúncia fiscal-Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucro, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Associação apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2014 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0%-regime não cumulativo) Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%) Com base nos percentuais acima mencionados a renúncia fiscal no exercício de 2014 foi de R\$ 3.308.258 de ISS; R\$ 2.174.227 de PIS e COFINS e R\$ 3.615 de IRPJ e CSLL (R\$ 3.046.151 de ISS; R\$ 1.965.167 de PIS e COFINS e R\$ 26.392 de IRPJ e CSLL em 2013).

20 Avais, fianças e garantias-A Associação não prestou garantias ou participação de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2014 e 2013.

**Alexandra Fernandez Alves da Costa - Diretora Executiva**  
**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores da Associação Amigos do Projeto Guri - São Paulo-SP: Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Amigos do Projeto Guri ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras-A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes-Nossa

**Dalmo Magno Defensor - Diretor Administrativo-Financeiro**

responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação.

**Luis Carlos Trento - Contador - CRC 1SP194841-0-4**

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião-Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Amigos do Projeto Guri em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2015  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP0144280-6  
Marcos Antonio Boscolo  
Contador CRC 1SP198789-0-0

**Contrato de Gestão nº 01/2012 - Processo SC/13262/2011**  
**Associação Amigos do Projeto Guri - AAGP - Relatório de Prestação de Contas - IV Trimestre de 2014**

Plano de Trabalho 2014				Plano de Trabalho 2014							
#	Ações	Indicador de Resultados	Período	Previsão Trimestral	Meta Realizada	#	Ações	Indicador de Resultados	Período	Previsão Trimestral	Meta Realizada

01	Capacitações técnicas-musicais	01 capacitação com duração de 16 horas, para 350 educadores e/ou auxiliares artístico-pedagógicos beneficiados. Obs.: para efeito do cumprimento desta meta, também poderão ser computadas as participações de educadores e auxiliares artístico-pedagógicos em capacitações técnico-musicais promovidas por terceiros (tais como OSESP itinerante e Jazz Sinfônica).	1º Trimestre	Preparação	Preparação (01).
			2º Trimestre	Preparação	Preparação (2)
			3º Trimestre	Preparação	Preparação (3)
			4º Trimestre	Realização da capacitação para 403 educadores, com 16 horas de duração (4)	Realização (4)
			Anual	01 capacitação com duração de 16 horas, para 350 educadores e/ou auxiliares artístico-pedagógicos beneficiados	Capacitação para 403 educadores com 16 horas

Acompanhamento I trimestre: (1) Realizado planejamento inicial (cronograma e locais de realização das capacitações). Atividades programadas para julho, agosto e novembro. Em definição sobre o tema das capacitações. Acompanhamento II trimestre: (2) Revisado planejamento destas capacitações com atividades programadas para agosto e novembro com foco em cordas dedilhadas e sopros. Acompanhamento III trimestre: (3) Ação em andamento, conforme o planejamento. Acompanhamento IV trimestre: (4) Capacitação para 403 educadores, com 16 horas de duração, conforme documentos disponibilizados no anexo 22.

02	Capacitação sobre ensino musical e deficiências (educadores e coordenadores), Regionais e Sede.	1 capacitação com participação optativa, com duração entre 10 e 16 horas, beneficiando o mínimo de 500 empregados dos polos (educadores e coordenadores), Regionais e Sede.	1º Trimestre	Preparação	Preparação (1).
			2º Trimestre	Preparação	Preparação (2).
			3º Trimestre	Realização	Realização (3)
			4º Trimestre	— x —	—
			Anual	1 capacitação com participação optativa, com duração entre 10 e 16 horas, beneficiando 500 empregados dos polos (educadores e coordenadores) Regionais e Sede	1 capacitação com participação optativa, com duração entre 10 e 16 horas, beneficiando 510 empregados dos polos (educadores e coordenadores) Regionais e Sede

Acompanhamento I trimestre: (1) Seminário programado de 26 a 28 de agosto. Estrutura e temas em definição. Acompanhamento II trimestre: (2) Seminário reprogramado para 02 a 04 de setembro. Estrutura e temas definidos. Acompanhamento III trimestre: (3) Realizada em 02 a 04/09/14, a Capacitação "Inclusão e Ensino Coletivo de Música", com a participação de 510 empregados considerados para a meta e 521 empregados no total, conforme tabela abaixo. A relação de participantes está disponibilizada no Anexo 15 deste relatório.

VII Seminário da AAGP - Inclusão e o Ensino Coletivo de Música					
Data	Local	Cargos	Participantes	Carga Horária	Total de Participantes
02 a 04 de setembro de 2014	Santos	Educadores Musicais Coordenador de Polo Empregados das Regionais Empregados da Sede	258 135 82 36	10 a 16 horas	521
Subtotal - cargos considerados para a meta			510		
Subtotal - outros cargos			11		

03	Reuniões técnicas	Duas reuniões entre as equipes das Regionais (Técnicos em Instrumento, Supervisores de Desenvolvimento Social, Coordenadores Regionais, Supervisores operacionais e assistentes regionais) e da sede, com 10 a 16 horas de duração cada uma, e 100 participantes cada uma.	1º Trimestre	— x —	Preparação e Início da 1ª reunião (1).
			2º Trimestre	1ª reunião	(2)
			3º Trimestre	— x —	(3)
			4º Trimestre	2ª reunião	Realização da 2ª reunião
			Anual	Duas reuniões entre as equipes das Regionais (técnicos em Instrumento, Supervisores de Desenvolvimento Social, Coordenadores Regionais, Supervisores operacionais e assistentes regionais) e da sede, com 10 a 16 horas de duração cada uma, e 100 participantes cada uma.	1ª RT ICM = 100% 2ª RT ICM = 120%

Acompanhamento I trimestre - (1) 1ª Reunião: Realizada entre 12 a 14/3 a reunião com as equipes das Regionais (Técnicos em Instrumento (a nomenclatura deste cargo mudou para Supervisor Educacional), Supervisores de Desenvolvimento Social, Coordenadores Regionais e Supervisores Operacionais) e a sede, com 16 horas de duração, atendendo a 107 participantes, conforme lista de presença disponibilizada no Anexo 1 deste relatório. Esta programação para 8 a 10/4 a reunião com os Assistentes Regionais. 2ª Reunião: Programada para 21 a 23/10 com as equipes das Regionais (Técnicos em Instrumento, Supervisores de Desenvolvimento Social, Coordenadores Regionais e Supervisores Operacionais) e Sede e 7 a 9/10 com os Assistentes Regionais. Acompanhamento II trimestre - (2) Retificação da informação prestada no primeiro trimestre sobre a quantidade de participantes da primeira reunião técnica: 100 participantes com no mínimo 10 horas de participação, conforme tabela abaixo. Destacamos que as listas de presença apresentadas no Anexo 1 estão corretas.

Reuniões Técnicas					
Data	Local	Cargos	Participantes	Carga Horária	Total de Participantes
12 a 14 de março	São Paulo	Assistentes Regionais Coordenadores Regionais Profissionais da Sede Supervisor Educacional Supervisores de Desenvolvimento Social Supervisores Operacionais	9 11 5 42 22 11	16 horas	100

Acompanhamento III trimestre - (3) Ação em andamento, conforme o planejamento. A reunião com as equipes das Regionais (Técnicos em Instrumento, Supervisores de Desenvolvimento Social, Coordenadores Regionais e Supervisores Operacionais) foi reprogramada para 14 a 16/10. Acompanhamento IV trimestre - (4) Ação realizada conforme documentos disponibilizados no anexo 19. Esclarecemos que foram capacitados 20% além do previsto inicialmente e que a capacitação foi organizada considerando otimização de recursos sem comprometimento de outras metas.

Reuniões Técnicas					
Data	Local	Cargos	Nº Participantes	Carga Horária	Total de Participantes
07, 08, 09, 14, 15 e 16 de outubro de 2014	São Paulo	Assistentes Regionais Coordenadores Regionais Profissionais da Sede Supervisor Educacional	10 8 2 45	10 a 16 horas	120

